

Boletim Linha Viva do Sintergia de 12/04: Filme Triste.

Compartilhamos abaixo o boletim Linha Viva do Sintergia divulgado hoje. Para a versão em pdf, clique [aqui](#).



12/04/2023

Linha Viva

BOLETIM OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO
Av. Marechal Floriano, 199/10º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20080-005 - Tel.: 3529-0392 - E-mail: sintergiapress@gmail.com

ELETOBRÁS

FILME TRISTE

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS PARTICIPARAM DECISIVAMENTE NA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS E NÃO PROTEGERAM INTERESSES E DIREITOS SOCIETÁRIOS DA UNIÃO FEDERAL E DA SOCIEDADE!

A história tem início em junho de 2016, logo após a conclusão golpe contra a presidente Dilma Rousseff e a chegada ao poder do golpista Michel Temer e sua turma, que nomeou para a Eletrobrás o privatista Wilson Pinto Júnior – que já chegou chamando trabalhadores e trabalhadoras de vagabundos inúteis.

A partir 2019, com a eleição de Bolsonaro, o processo de privatização da Eletrobrás tomou corpo. Teve aprovação legislativa e em junho de 2022 o controle da companhia foi entregue aos minoritários por míseros R\$ 26 bilhões (cerca de US\$ 5 bilhões de dólares americanos).

A manobra, digna de um documentário esdrúxulo da Netflix, exigiu a participação de atores e atrizes estratégicos, inclusive a necessidade de alguns do palco no momento da encenação.

O primeiro passo para organizar a produção da trama foi encontrar um contrarregra para fazer o papel sujo de vilão: escolheram Luiz Augusto, Diretor de Sustentabilidade e, consequentemente, trazer para dentro da Companhia figuras ligadas aos acionistas minoritários, liderados pela 3G Radar (grandes acionistas das Americanas, em recuperação judicial, Light, com sérios problemas e de tantas outras que ainda não conhecemos a real saúde financeira). Era preciso fincar estacas e com chicote afiado domar figurantes da casa detentores de informações e processo, principalmente atraindo aqueles ávidos para mostrar serviço e ansiosos para a ocupação de funções gerenciais. Vieram então Wilson Pinto e Vicente Falconi, que é uma espécie de guru dos donos da 3G, Jorge Paulo Leman, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira. E depois a Elvira Presta, indicada como conselheira pelo grupo que depois virou diretora.

Num segundo passo, era preciso arrumar um lugar para que o mentor do processo de privatização ficasse fora da Companhia por uma temporada, mesmo de longe continuasse a ditar o ritmo das ações. A solução foi mandá-lo prestar serviços na VIBRA, empresa de energia, resultante da BR privatizada - com isso, o espaço estava aberto para trazer alguém da Câmara dos Deputados e com bom trânsito com parlamentares governistas – esse deveria ser jovem e ambicioso para dar a celeridade desejada ao projeto. Estamos falando de Rodrigo Limp, que representou tão bem seu papel que deram a ele a vice-presidência executiva de Regulação e Relações Institucionais.

Assim, o time começou a ter a cara desejada pelos donos do Grupo 3G Radar, mas ainda estava faltando gente ligada ao governo para completar o elenco principal. Neste contexto, iniciaram articulações para recrutar protagonistas vinculados ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Economia. Essa missão não seria tão difícil, haja vista que nas referidas pastas seus titulares eram entusiastas e defendiam com muito vigor a privatização da obstaculizada Eletrobrás, como registrou Getúlio Vargas em sua fatídica carta testamento (*“Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre”*).

Com o elenco principal quase completo, os articuladores do processo ainda não estavam satisfeitos - era preciso ter gente boa e também ambiciosa da Advocacia Geral da União e, se possível, mentes brilhantes do TCU.

NOSSO SITE
www.sintergia-rj.org.br

NOSSO FACEBOOK
@sintergiarj

Não demorou muito e conseguiram um servidor público federal da AGU para fazer parte do Conselho de Administração da Eletrobrás. Marcelo de Siqueira Freitas foi escalado para o papel de conselheiro de administração representando o governo genocida de Jair Bolsonaro em 2019. E segue no Conselho mesmo após o seu governo ter sido expulso nas urnas.

Como o roteiro pronto e com as composições da Diretoria Executiva e de todo Conselho de Administração reformadas e comendo nas “mãos que balança o berço”, era chegada a hora de realinhar objetivos e metas, ajustar a produção e começar a rodar o tão sonhado filme da “capitalização” da Eletrobrás – de longe, o idealizador da privatização, Wilson Pinto, acompanhava tudo que acontecia na Rua da Quitanda, vibrando muito com os avanços e peripécias realizadas pelo time que montou.

Ao começar a rodar o filme, um preocupado aspone do Diretor Geral percebeu que ainda faltavam protagonistas importantes - era preciso ter gente competente e com poder de mando **dentro do MME**, com destreza para fazer a coisa acontecer com muita rapidez e sem fazer alardes! O problema foi resolvido com indicação de uma exímia servidora ocupante DAS no MME – escalada para dar vazão às ações necessárias dentro do ministério, demais órgãos do Governo Federal e, se precisasse, no Congresso Nacional. A senhora Marisete Fátima Dadald Pereira, funcionária de carreira da CGT Eletrosul, foi a grande articuladora da privatização realizada via Medida Provisória.

No decorrer das filmagens, verificou-se que ainda faltava gente para cuidar das questões jurídicas do filme, personagem que deveria ser vinculado à AGU e completamente alinhado com o enredo e os objetivos privatistas do grupo. Alguém sugeriu que a produtora fizesse a requisição de um procurador da AGU e o nomeasse com o “ostentoso” cargo de diretor jurídico da trama. Estamos falando José Eduardo Guimarães Barros, que segue sendo funcionário público e, ao mesmo tempo, diretor da Eletrobrás num claro conflito de interesses!

O diretor do filme, vendo que tudo estava pronto, solicitou agilidade, pois o ano era difícil e que no seguinte haveria eleições, o que poderia atrapalhar a conclusão da trama tão desejada pela cúpula e ilustres financiadores.

ATOS DO ENREDO:

- 1º. Nomeação de Marisete Pereira para o cargo de secretária-executiva
- 2º. Indicação pelo MME de Conselheiros de Administração e Fiscal comprometidos com a privatização da Eletrobrás, como o senhor Ruy Flacks Schneider;
- 3º. Indicação pelo Ministério da Economia de Conselheiros de Administração alinhados com o processo de privatização da Eletrobrás, como o senhor Marcelo Siqueira;
- 4º. Preparação da Medida Provisória 1031/2021 voltada para privatização da Eletrobrás
- 5º. Negociação dos termos do gigantesco artigo 1º da lei que seria aprovada, tendo como base a MP 1031/2021;
- 6º. Contratação de consultorias e bancos para elaboração de estudos e desenho da modelagem da privatização, como o banco Genial, acionista da Eletrobrás, em outro grave conflito de interesses;
- 7º. O MME faz inclusão de dotação no orçamento da União no valor de R\$ 4 bilhões para a criação de uma nova empresa estatal para cuidar das participações em nucleares, binacionais e programas de governo;
- 8º. Comemoração pela aprovação e sanção da Lei 14.182/21 que autorizou a privatização da Eletrobrás;
- 9º. Preparação do processo de privatização a ser enviado para análise e autorização do TCU;
- 10º. Comemoração da aprovação do processo pelo TCU, apesar do longo e bem fundamentado voto de um ministro apontando uma série de irregularidades e inconsistências;
- 11º. Elaboração e aprovação pelo Conselho de Administração da minuta de Novo Estatuto Social a ser submetida, juntamente com estudos e outros documentos, à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;
- 12º. Oficialização da discriminação etária na Eletrobrás, ao determinar que membros da Diretoria Executiva não possam ter mais que 65 (anos), não estendendo a referida aberração para o Conselho de Administração - seu próximo objetivo;
- 13º. Comemoração pela realização da oferta pública de ações que efetivou a privatização da Eletrobrás e ratificação do resultado pelo CAE – sacramentando a venda do controle da Eletrobrás por apenas R\$ 26 bilhões.
- 14º. Participação nas discussões com acionistas minoritários, liderados pelo Grupo 3G Radar, para definição da chapa para concorrer às vagas no Conselho de Administração Independente, conforme disposições contidas no novo estatuto da Companhia, feitas sob medida;
- 15º. Todos os Conselheiros de Administração renunciam – inclusive os representantes da União Federal;
- 16º. O grupo de acionistas minoritários detentores de mais de 5% do capital social da Eletrobrás, liderados pelo Grupo 3G Radar, faz a indicação de chapa para concorrer na eleição do Conselho de Administração;
- 17º. A eleição é realizada em AGE e a chapa indicada pelos minoritários e Grupo 3G Radar, é ELEITA;
- 18º. Os eleitos tomam posse como Conselheiro de Administração Independente e passam a ser acionistas da

Eletrobras;

18º. Uma minuta de plano de remuneração para os dirigentes é aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia – com salários e vantagens estratosféricos, sendo logo em seguida aprovado pelos Acionistas em AGE;

19º. Com a privatização e alijamento ilegal da União Federal do Conselho de Administração, o processo de sucateamento e destruição da Eletrobras começa e está acelerado, com destaque para a dilapidação do capital intelectual e da capacidade técnica da Companhia;

20º. Por meio de “Assessment” (pronúncia parecida com mente ou mentira), vice-presidentes são escolhidos para comporem a “Nova Diretoria Executiva”, que já nasce velha, por conta de muitos personagens conhecidos e que participaram ativamente para a entrega gracioso do controle da Eletrobras. Mas o que fazer? - os prêmios precisam ser entregues!

Finalizando, o artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

Já a Lei 8.112/90, de 11/12/90, que ainda está vigente e dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, no seu artigo 117 estabelece um conjunto de proibições aos servidores públicos, dentre elas: IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública e XV - proceder de forma desidiosa.

Pergunta-se se não seria o caso dos funcionários públicos Marcelo Siqueira, Rodrigo Limp e José Eduardo Guimarães. A esperta Marisete se aposentou da CGT Eletrosul para ficar livre, leve e solta no papel de entregadora-mor do patrimônio da União.

Com a palavra, os órgãos dos 3 (três) poderes responsáveis pela correição, fiscalização, controle e defesa dos interesses e direitos societários da União Federal (Ministério Público Federal; Ministério Público da União; TCU; CGU e AGU).

*Texto de responsabilidade da AEEL.

Compartilhem esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nos logos abaixo](#)).

A diretoria, 12 de abril de 2023.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

